

HISTÓRIA

Trânsitos globais na educação



Pesquisas investigam como se deu
a troca de conhecimento na área da educação
entre o Brasil e outros países

CHRISTINA QUEIROZ — ilustrações CARLA BARTH

Em 1933, um livro contendo testes para avaliar a aptidão de crianças que iriam iniciar o processo de alfabetização cruzou as fronteiras da América Latina. Produzida no Brasil pelo educador paulistano Manoel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970), a obra tornou-se referência em países como Argentina e México nas décadas seguintes. Essa trajetória é um dos casos analisados por projeto temático financiado pela FAPESP, encerrado em 2025, que investigou a circulação transnacional de ideias pedagógicas do século XIX aos dias atuais entre o Brasil, a Europa, os Estados Unidos e a América Latina.

“O projeto examinou documentos de diferentes períodos históricos, incluindo fontes como catálogos de bibliotecas escolares, recibos de compra de livros, manuais pedagógicos, filmes educativos em 8 milímetros [mm] e cartas de professores, revelando como ideias estrangeiras foram apropriadas, traduzidas e adaptadas em contextos locais”, explica a historiadora Diana Vidal, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP) e coordenadora do projeto.

“Pesquisas sobre os diálogos entre países, instituições e suportes impressos têm reconfigurado a maneira de se pesquisar a história da educação”, concorda a pesquisadora Mônica Yumi Jinzenji, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que não participou do projeto temático. Uma das organizadoras da obra *História da educação – Práticas e instâncias educativas* (Editora Selo FAE,

2025), ela explica que um elemento comum aos estudos que compõem esse livro é investigar a circulação de conhecimentos e de que forma eles foram adaptados no Brasil. Na sua perspectiva, a abordagem transnacional tem sido viável, entre outros motivos, pela ampliação do acesso a arquivos digitais, que permitem expandir o escopo e a profundidade das análises.

Segundo o historiador Bruno Bontempi, professor da FE-USP e participante do projeto coordenado por Vidal, a virada do século XIX para o XX constitui um marco central em relação à circulação do conhecimento internacional nas escolas dos Estados Unidos, Europa e América Latina. Isso porque, naquele momento, vários países vivenciavam um processo de expansão urbana e queriam ampliar a escolarização de suas populações. Como parte dessa dinâmica, o movimento Escola Nova, que tem o pedagogo suíço Adolphe Ferrière (1879-1960) como um de seus fundadores, foi criado com a proposta de renovar o sistema educacional. Isso envolvia, por exemplo, aplicar testes para analisar aptidões de estudantes, colocar o aluno como centro do aprendizado e valorizar a experiência prática. De acordo com o pesquisador brasileiro, as ideias da Escola Nova já circulavam no Brasil em 1920, impulsionando a troca de conhecimentos e objetos pedagógicos, como livros, entre o país e outras nações (*ver Pesquisa FAPESP nº 335*).

Autor do livro *Escola Nova: Políticas de reconstrução – A educação no Rio de Janeiro e em São Paulo (1927-1938)* (Editora da Unicamp, 2022), o historiador André Luiz Paulilo, da Universida-

de Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisa como concepções pedagógicas, especialmente aquelas originadas no hemisfério Norte, foram apropriadas pelo Brasil. Nesse sentido, ele explica que, na Europa, os ideais da Escola Nova foram adotados pontualmente em experiências locais, enquanto no contexto brasileiro essas propostas se disseminaram por diferentes estados e municípios e passaram a influenciar políticas públicas criadas por governos estaduais. “Nos anos 1930, escolas das capitais reformularam seus currículos e nos anos seguintes as mudanças chegaram também às cidades do interior”, afirma Paulilo, que participou da pesquisa coordenada por Vidal.

Esse esforço de reinventar e adaptar propostas pedagógicas estrangeiras se estendeu para as décadas seguintes. Licenciada em educação física, Cassia Danielle Monteiro Dias Lima, docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg), unidade de Ibirité, comenta que entre 1950 e 1960, como parte do processo de renovação iniciado com a Escola Nova nos anos 1920, a educação física brasileira incorporou um repertório diversificado de metodologias estrangeiras, entre elas o chamado Método Natural Austríaco. A proposta foi criada na Áustria depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e se baseia na valorização de movimentos naturais e variados, na realização de exercícios físicos ao ar livre e na interação com elementos do meio ambiente, como pedras, troncos e rios. “O método propunha uma aprendizagem progressiva e foi uma resposta a modelos precedentes, que eram considerados excessivamente mecânicos e impunham padrões rígidos de movimentos”, esclarece a pesquisadora, autora de capítulo sobre o tema no livro *História da educação – Práticas e instâncias educativas*.

Segundo Lima, o Método Natural Austríaco passou a ser adotado na prática de professores de educação física e em cursos superiores da área no país. O marco inicial dessa incorporação aconteceu em 1957, quando o professor austríaco Gerhard Schmidt (1933-2018) passou meses no Brasil ministrando cursos de aperfeiçoamento sobre o método em cidades como Santos (SP), Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

A pesquisadora explica que o Método Natural Austríaco foi produzido como tentativa de conciliar práticas esportivas e exercícios de ginástica, utilizando jogos como estratégia de ensino. Ao ser adotado no Brasil, estabeleceu relações com outras maneiras de pensar e fazer educação física que circulavam pelo país. Nesse sentido, passou a articular a defesa de movimentos naturais (como andar, correr e saltar) com exercícios direciona-

Na década de 1920, as ideias do movimento Escola Nova já circulavam no Brasil

dos. Além disso, incorporou aspectos morais e religiosos que eram vinculados a preceitos cristãos católicos.

Em relação à vinda de profissionais da educação ao Brasil, a pedagoga Ana Laura Godinho Lima, da FE-USP, comenta que o país recebeu pesquisadores e intelectuais estrangeiros que fugiam de conflitos na Europa, como a Revolução Russa de 1917 e a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Esse foi o caso da psicóloga russa Helena Antipoff (1892-1974), que estudou medicina e psicologia na França e trabalhou com o pedagogo suíço Édouard Claparède (1873-1940) no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, voltado à formação de professores.

Antipoff chegou ao Brasil em 1929, a convite de Francisco Campos (1891-1968), então secretário do Interior do estado de Minas Gerais, e assumiu o cargo de professora de psicologia educacional na Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais, instituição dedicada à formação de professores. Lá, fundou um dos primeiros laboratórios de psicologia aplicada da América do Sul. “Ao longo de sua estada no Brasil, Antipoff esteve à frente de outras iniciativas, como uma escola experimental para crianças com deficiência na zona rural mineira, que inovava na abordagem pedagógica ao articular atividades de ensino com práticas manuais, como marcenaria e artesanato”, relata Godinho Lima, que participou do projeto temático. A experiência chamou a atenção de outros educadores estrangeiros, como alunos de Claparède, que visitaram o Brasil em algumas ocasiões para conhecer e acompanhar o desenvolvimento do projeto.



Outro exemplo citado pela pesquisadora é o do psicólogo catalão Emilio Mira y López (1896-1964), exilado durante a Guerra Civil Espanhola. Em 1945, ele se instalou no Rio de Janeiro, onde dirigiu o Instituto de Seleção e Orientação Profissional, que atuou na psicologia aplicada ao trabalho, sendo considerado crucial para o desenvolvimento da psicomетria e da psicologia científica no país. Essas áreas da psicologia são dedicadas à elaboração de ferramentas como testes de QI (quociente de inteligência). Ao lado de Antipoff e outros profissionais, ele fundou em 1946 na capital fluminense o Centro de Orientação Juvenil, que oferecia atendimento psicológico a jovens. “Esses educadores vinham ao Brasil para fugir da situação difícil na Europa e, aqui, encontravam um terreno fértil para experimentação de ideias”, observa Godinho Lima.

Além de incorporar práticas pedagógicas, o Brasil produziu conhecimento que circulou em outros países. Nesse sentido, Vidal menciona o caso de Lourenço Filho, citado no início desta reportagem. De acordo com a pesquisadora, a inserção do educador paulistano em debates globais aconteceu, inicialmente, por meio da Bibliotheca de Educação, projeto editorial criado pela Companhia Editora Melhoramentos, de São Paulo, em 1928. Como diretor da coleção, ele encomendou traduções de livros de autores de destaque da psicologia e da sociologia da educação relacionados ao movimento Escola

Nova, como o francês Henri Piéron (1881-1964) e o suíço Claparède.

“Essa mediação do pensamento estrangeiro marcou sua entrada no circuito transnacional, em um momento em que viagens também se tornaram comuns entre educadores brasileiros, que buscavam aprimorar a sua formação por meio de experiências internacionais”, diz Vidal. Nos anos 1930, os profissionais da educação se deslocaram sobretudo para os Estados Unidos, devido à possibilidade de intercâmbios e estudos em instituições como o Teachers College, da Universidade Columbia, considerada referência na oferta de cursos para a formação docente. A partir de análises da correspondência e das redes intelectuais que ligavam Lourenço Filho a nomes como os educadores brasileiros Anísio Teixeira (1900-1971) e Noemy da Silveira Rudolfer (1902-1980), Vidal identificou que o paulistano desenvolveu conexões ativas com especialistas estrangeiros, entre eles o próprio Piéron, que esteve no Brasil em missão oficial em 1926.

Mais do que um mediador, Lourenço Filho tornou-se produtor de conhecimento que circulou em outros países. Para ilustrar esse argumento, Vidal relata que o livro *Testes ABC: Para a maturidade necessária à aprendizagem da leitura e da escrita* (1933), escrito pelo educador como parte da coleção Bibliotheca de Educação, foi um dos principais instrumentos educacionais em circulação pela América Latina a partir da década de 1930. Lançado em um período de crescente interesse global por testes mentais como instrumentos de avaliação psicométrica, o volume traz uma pro-



posta para medir quando crianças estão prontas para iniciar a alfabetização. “A simplicidade metodológica e o prestígio do autor favoreceram a rápida adoção dessa obra em larga escala tanto no Brasil como em outros países da região”, informa a historiadora.

A difusão internacional do título teve início com a tradução para o espanhol pela editora Kapelusz, sediada em Buenos Aires e especializada em material didático. A versão argentina foi lançada em 1937, quatro anos após sair no Brasil. Com seis edições publicadas de 1933 até 1974, o livro foi um sucesso editorial naquele país, tornando-se leitura obrigatória em instituições de formação docente, especialmente na província de Buenos Aires. Cartas vindas de países como Argentina e Equador, registradas em edições brasileiras, por exemplo, indicam o uso efetivo do livro em sala de aula, dúvidas sobre sua aplicação e sugestões de adaptação.

Além da Argentina, o livro foi editado no México em 1964 pelo Instituto Federal de Capacitação do Magistério, e chegou aos Estados Unidos em um formato resumido, em 1969, por iniciativa da Universidade Temple. De acordo com Vidal, um relatório de 1948 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Bureau Internacional de Educação (BIE) lista a obra como um dos instrumentos psicológicos mais utilizados na América Latina entre os anos 1930 e 1980. “Lourenço Filho adaptou e exportou propostas pedagógicas, contribuindo ativamente para o debate educacional em escala continental”, assegura a historiadora.

Outros elementos utilizados para pensar a história da educação brasileira em uma perspectiva transnacional são os objetos do universo escolar. Em pesquisa de pós-doutorado, finalizada na USP em 2022 com financiamento da FAPESP, a historiadora Carolina Mostaro, hoje docente da FE-USP, investigou a formação da biblioteca da antiga Escola Normal de São Paulo, fundada em 1846 no centro da capital, com a proposta de formar professores para atuarem na educação básica. “O pontapé inicial para a constituição do acervo foi a compra de uma coleção de livros franceses na década de 1880”, conta a pesquisadora.

O conjunto se ampliou entre 1880 e 1884, quando o diretor da instituição, o franco-brasileiro Paulo Bourroul (1855-1941), foi à França incumbido de adquirir mais livros e outros materiais didáticos. “Esses itens foram fundamentais para estruturar a biblioteca, que passou a funcionar oficialmente em 1884”, afirma Mostaro. De acordo com ela, a dinâmica revela um trânsito intelec-

tual intenso existente entre São Paulo e centros editoriais europeus, principalmente a França. “Ao reunir livros de todas as disciplinas, a biblioteca da Escola Normal se consolidou como símbolo de excelência na formação de professores. Ter um acervo estrangeiro qualificou simbolicamente a instituição”, considera.

Por sua vez, a pedagoga Rosa Fátima de Souza Chaloba, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Araraquara, explica que nos anos 1950 recursos audiovisuais como filmes educativos, retroprojetores e slides passaram a ocupar papel central em debates pedagógicos e nas políticas públicas de educação no Brasil. Em estudo que analisa a circulação desses objetos entre 1950 e 1980, ela identificou que esse movimento foi impulsionado por iniciativas de cooperação internacional. Entre 1949 e 1961, por exemplo, o Brasil recebeu ajuda financeira dos Estados Unidos para difusão do uso de recursos audiovisuais na educação. “Com essas iniciativas, os norte-americanos buscavam ampliar a cooperação e a influência de suas propostas pedagógicas em território nacional”, diz Chaloba, que compôs a equipe do projeto temático coordenado por Vidal.

Um desses programas envolvia o financiamento do Programa de Cooperação Técnica Ponto IV, iniciativa que oferecia assistência técnica e financeira para diferentes áreas de países em desenvolvimento, com o objetivo de promover o crescimento e aumentar a influência norte-americana nas regiões. Em 1959, o programa subsidiou a criação do Serviço de Recursos Audiovisuais no Centro Regional de Pesquisas Educacionais,



**Avaliação criada
por educador
brasileiro
foi adotada em
países como
Argentina e México**



sediado em São Paulo e vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação. A filmoteca do centro regional foi formada a partir da aquisição de filmes educativos produzidos nos Estados Unidos sobre diversas áreas, como ciências, geografia e história, e emprestava esse material audiovisual para escolas públicas.

Em formato 8 mm, os filmes exigiam equipamentos específicos para serem exibidos. Outros recursos de grande difusão foram os retroprojetores, que se tornaram símbolo da modernização tecnológica no ambiente escolar. Dispositivos como projetores de slides também se difundiram, especialmente em cursos de formação de professores e para o ensino de idiomas. “Essa colaboração incluiu o envio de técnicos norte-americanos ao Brasil, a oferta de bolsas de estudos para professores brasileiros em instituições norte-americanas e a montagem de laboratórios e centros audiovisuais em escolas brasileiras”, comenta a pedagoga.

Em tese de doutorado, defendida em 2023 na UFMG, o historiador Gabriel Bertozzi investigou os primeiros livros em braile que circularam no Brasil no século XIX. O sistema foi criado em 1825 por Louis Braille (1809-1852), jovem francês com deficiência visual. “A versão final do método, baseada em pontos em relevo que permitem leitura e escrita táteis, foi consolidada em 1837, substituindo sistemas anteriores que reproduziam letras em relevo”, diz Bertozzi. O responsável por trazer os primeiros livros em braile ao Brasil, em 1850, foi José Álvares de Azevedo (1834-1854), ex-

-aluno do Instituto dos Meninos Cegos de Paris, na França, voltado à educação de pessoas cegas. Ele também articulou a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1854 (*ver Pesquisa FAPESP nº 348*), atual Instituto Benjamin Constant (IBC). A entidade selecionava obras utilizadas na educação básica brasileira e as enviava para tipografias na França, que as traduziam e imprimiam em braile.

De acordo com o pesquisador, o primeiro livro produzido em braile para fins de exportação na Europa foi impresso a pedido do governo brasileiro. “A demanda nacional teve impacto direto na ampliação da capacidade produtiva francesa, funcionando como impulso para que gráficas daquele país adquirissem novos equipamentos e passassem a produzir obras em braile em grande escala para exportação”, relata Bertozzi, docente no IBC. A partir de 1857, o Brasil passou a contar com tipografias para impressão em braile. Esses livros foram apresentados em Exposições Universais, organizadas na Europa para divulgar iniciativas educacionais promovidas pelo governo imperial do Brasil. “Os impressos elaborados em território nacional circulavam no exterior como exemplos de uma pedagogia possível para cegos, contribuindo para o debate global sobre a educação de pessoas com deficiência”, finaliza o historiador. ●

Os projetos, os artigos científicos e os livros consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.